



4.6. REGIMENTO ELEITORAL DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E DELEGADOS

SUMÁRIO

4. Governança	3
4.6. Regimento Eleitoral da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados	3
4.6.1. Introdução	3
4.6.2. Processo Eleitoral Para Cargos Eletivos (Diretoria Executiva e Conselho Fiscal)	3
4.6.3. Pré Requisito para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal	4
4.6.4. Inelegibilidade de Candidatos a Cargos Estatutários	7
4.6.5. Plano de Sucessão	7
a) Condições para o exercício do cargo	7
b) Capacidade Técnica	7
c) Capacidade gerencial	8
d) Habilidades interpessoais	8
e) Conhecimento legislação e regulamentação	9
f) Experiência	9
4.6.6. Processo Eleitoral	10
4.6.7. Atribuições da Diretoria Executiva no Processo Eleitoral	10
4.6.8. Comunicado do início das inscrições	11
4.6.9. A Convocação das Eleições	11
4.6.10. Prazos para Inscrição dos Candidatos	11
4.6.11. Registro dos Candidatos	11
4.6.12. O Termo de Registro dos Candidatos	12
4.6.13. Eleição por Aclamação	12
4.6.14. Apuração dos Votos	12
4.6.15. Empate das Eleições	13
4.6.16. Disposições Gerais Sobre o Processo Eleitoral	13
4.6.17. Delegado	13
4.6.18. Considerações Finais	16
4.6.19. ANEXO I - Carta circular edital de convocação para as eleições	18
4.6.20. ANEXO II - Modelo de declaração dos candidatos	19
4.6.21. Modelo de declaração dos candidatos	21
4.6.22. Modelo de Comunicado de Eleições para Delegados	22
4.6.23. Modelo de pedido de inscrição de Candidato a Delegado	23

4. Governança

4.6. Regimento Eleitoral da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados

Este regimento visa estabelecer as orientações e procedimentos a serem cumpridos na eleição dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril – COOPERBOMBRIL**, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, exigências do Banco Central do Brasil e demais Legislações Cooperativistas . Também objetiva complementar a Política de Sucessão estabelecida na cooperativa para seus administradores, conforme resolução do CMN - Conselho Monetário Nacional nº 4.878/20.

4.6.1. Introdução

O preenchimento dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e dos delegados será realizado em conformidade com as normas fixadas neste regimento eleitoral, na política de sucessão e no estatuto social da **COOPERBOMBRIL**.

O presente regimento eleitoral tem por objetivo salvaguardar a realização de eleições democráticas na **COOPERBOMBRIL**, também contempla ações que propiciem oportunidades iguais de propaganda para todos os candidatos, a não utilização dos cargos de direção e de fiscalização da sociedade como instrumento eleitoral, bem como de demais entidades ligadas, diretamente ou indiretamente, ao cooperativismo e o respeito ao princípio da igualdade e da liberdade cooperativista.

4.6.2. Processo Eleitoral Para Cargos Eletivos (Diretoria Executiva e Conselho Fiscal)

O processo eleitoral regimentado nesse documento deve ser de amplo conhecimento dos associados. A condução do processo eleitoral deve ser de responsabilidade de comissão criada especificamente para esta finalidade, que verificará o atendimento aos critérios estabelecidos para a candidatura aos cargos eletivos e zelará pela segurança no processo, pela transparência e igualdade de oportunidade de participação.

As eleições na **COOPERBOMBRIL** serão democráticas obedecendo aos seguintes princípios e condições:

- a) iguais oportunidades para todos os associados desde que atendidos os pré requisitos da política de sucessão;
- b) não utilização dos cargos de direção e fiscalização da sociedade, bem como de demais entidades ligadas diretamente ou indiretamente ao cooperativismo, como instrumento eleitoral;

- c) respeito ao princípio da igualdade e liberdade cooperativista;
- d) a diretoria executiva e o conselho fiscal serão compostos por pessoas que tenham experiência e formação técnica na área afim, devidamente comprovadas;
- e) qualquer membro de órgão estatutário que pretenda concorrer a cargo público eletivo deverá afastar-se de sua função conforme legislação específica.

4.6.3. Pré Requisito para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

O processo eleitoral para preenchimento dos cargos estatutários da **COOPERBOMBRIL** disciplinado nesse regimento próprio visa complementar o contido no estatuto social. As condições para o exercício do cargo de Diretoria Executiva e Conselho Fiscal são:

Condições exigidas ao cargo	Providências
a) ter e manter reputação ilibada;	<p>a) não ter registro de inadimplência ou figurar em registro de desabono em órgãos cadastrais regulares (ex.: Serasa e CCF) em outras instituições financeiras e/ou na própria cooperativa – Não pode ter abaixo de nível “D”</p> <p>b) ter operado assiduamente/regularmente com a cooperativa</p> <p>c) Não exercer simultaneamente cargo de administrador em empresa que, por suas atividades, seja tida como concorrente do cooperativismo ou de entidades de cujo capital os associados participem;</p>
b) ser residente no Brasil;	<p>Solicitar comprovante de residência em nome do candidato.</p> <p>Exemplos: notificação do Imposto de Renda do último exercício; contas de consumo atual; contrato de locação em que figure como locatário.</p>
d) Ser associado da COOPERBOMBRIL ;	Cadastro

<p>d) não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil ou outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;</p>	<p>e) Realizar pesquisa na internet com o nome do candidato e verificar a existência de informação que o desabone;</p> <p>f) Consultar empresas ou organizações que tenham vínculo com o candidato ou com algum parente de 1º grau;</p> <p>g) Caso seja identificado o vínculo, verificar a situação cadastral no sítio da receita federal (CNPJ empresa) a natureza, a integridade e a confiabilidade da organização administrada pelo candidato.</p>
<p>e) não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;</p>	<p>Emitir os seguintes documentos:</p> <p>a) Certidão de antecedentes criminais (sítio da Polícia Federal);</p> <p>b) Certidões negativas;</p> <p>c) Nada consta cível;</p> <p>d) Criminal, dentre outras disponíveis nos sítios dos tribunais de cada região e comprovante de regularidade no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central (CCF).</p>
<p>f) não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de Diretoria Executiva e de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da comissão de valores mobiliários;</p>	<p>a) Verificar situação jurídica no sítio do Serasa, Receita Federal, Banco Central do Brasil dentre outras.</p>
<p>g) não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras</p>	<p>a) A identificação e checagem das informações apresentadas serão feitas mediante consulta em sistema de banco de dados disponíveis e demais órgãos reguladores.</p>

ocorrências ou circunstâncias análogas;	
h) não estar declarado falido ou insolvente;	
i) não ter controlado ou administrado, nos dois anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;	
j) não responder, em qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;	A identificação e checagem das informações apresentadas serão feitas mediante consulta em sistema de banco de dados disponíveis e demais órgãos reguladores.
k) não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;	
l) não estar em exercício de cargo público eletivo;	
m) Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal;	Regra a ser identificada na candidatura.
n) não ter parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, bem como cônjuges e companheiros com integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal	Cadastro COOPERBOMBRIL
o) Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.	Lei 5.764/71, art.53

Sem prejuízo das hipóteses de inelegibilidade decorrentes de lei ou do estatuto social, e das condições básicas legal ou estatutariamente reguladas, complementamos as condições:

- i. não ser empregado da cooperativa;
- ii. ter operado assiduamente/regularmente com a cooperativa;

- iii. ter disponibilidade de tempo para o cumprimento das incumbências estatutárias e regimentais, sendo, no caso dos diretores com funções executivas;
- iv. durante o mandato, no caso dos delegados não poderão ser eleitos para outros cargos sociais na cooperativa, remunerados ou não.

4.6.4. Inelegibilidade de Candidatos a Cargos Estatutários

Destacados no estatuto social da **COOPERBOMBRIL**, são condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos de administração, inclusive os executivos eleitos:

- I. pessoas impedidas por lei;
- II. condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- III. condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.

4.6.5. Plano de Sucessão

Para atendimento ao Plano de Sucessão descrito na Política de Sucessão, exigidos pela resolução CMN nº 4.878/20 a **COOPERBOMBRIL** destaca:

a) Condições para o exercício do cargo

Atender aos pré requisitos contidos no item **4.6.3. Pré Requisito para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**.

b) Capacidade Técnica

Conforme a resolução CMN – Conselho Monetário Nacional nº 4.122/12 em seu art. 5º, cita condição para o exercício dos cargos de membros da Diretoria Executiva possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo para o qual foi eleito ou nomeado. A capacitação técnica deve ser comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela instituição e serão submetidos à avaliação do Banco Central do Brasil.

O candidato poderá concorrer ao mandato de membro da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da **COOPERBOMBRIL** desde que atenda a, pelo menos, um dos seguintes critérios de capacitação técnica:

-
- I. Experiência como diretor ou conselho fiscal em cooperativa de crédito há mais de 2 anos;
 - II. formação acadêmica de nível superior ou formação técnica de nível médio com reconhecida contribuição para atividade da cooperativa;
 - III. conhecimento do sistema financeiro, do negócio e respectivos riscos, participação em treinamento ou programa de preparação para dirigentes de cooperativas de crédito que sejam ministrados por entidades do sistema cooperativo de crédito ou entidades particulares especialistas em cooperativa de crédito, boa reputação no segmento cooperativista ou na comunidade local.

Os candidatos devem observar os comportamentos éticos e as condutas pessoais mais praticadas nos relacionamentos institucionais, especialmente aqueles apresentados no código de conduta.

c) Capacidade gerencial

É um conjunto de habilidades inerentes ao executivo da **COOPERBOMBRIL** requeridas para administrar a cooperativa de crédito. A ocupação de cargos estatutários requer que tais habilidades sejam desenvolvidas aos integrantes do quadro.

A capacidade gerencial deve ser analisada em função do conhecimento e habilidades exigidas pelo ramo de crédito e pela estrutura técnico-operacional.

Destaques da capacidade gerencial:

- i. Conhecimento das melhores práticas de governança;
- ii. capacidade de ler e entender relatórios gerenciais, contábeis e financeiros;
- iii. estilo de liderança;
- iv. traços de personalidade;
- v. experiência e expertise técnica em uma ou mais áreas de interesse da cooperativa.

d) Habilidades interpessoais

Configuram a capacidade de se relacionar bem com outras pessoas e gerar resultados positivos dessas conexões. Essas interações constroem relacionamentos sólidos, uma comunicação clara e eficiente, o comportamento ético e a formação de equipes de trabalho eficazes.

No ambiente cooperativo, desenvolver habilidades interpessoais é fundamental, pois direciona os indivíduos a trabalharem bem em conjunto e os torna mais aptos a atingirem grandes objetivos. Desse modo os dirigentes com tais habilidades devem ser capazes de motivar, liderar, facilitar, coordenar, comunicar e resolver problemas.

Principais habilidades:

-
- I. capacidade de trabalhar em equipe;
 - II. capacidade de liderar e influenciar pessoas;
 - III. Autogestão;
 - IV. Boa Comunicação.

e) Conhecimento legislação e regulamentação

Por ser uma instituição financeira, a **COOPERBOMBRIL** tem que atender várias exigências regulamentares e em função disso há necessidade que o conhecimento que os eleitos obtenham seja de fundamental importância.

As principais leis e normas ligadas ao cooperativismo de crédito:

- I. Lei nº 5.764/71- define a Política Nacional de Cooperativismo.
- II. Lei Complementar nº 130/09- dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.
- III. Resolução nº 4.434/15- consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito.

Para tomar conhecimento das principais notícias do cooperativismo pode ser utilizados:

- I. Portal do Cooperativismo (<https://www.cooperativismodecredito.coop.br/>);
- II. CONFEBRAS - Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (<http://confebras.coop.br/>);
- III. FNCC – Federação Nacional de Cooperativas de Crédito (<https://fncc.com.br/>);
- IV. Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (<https://www.ocb.org.br/>);
- V. OCESP - Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. (<http://ocesep.org.br/default.php>)
- VI. Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>).

f) Experiência

O associado tem direito a se candidatar a ocupar cargos estatutários, no entanto justamente pelo fato da **COOPERBOMBRIL** ser uma instituição financeira, a experiência na gestão se torna referencial de destaque no processo sucessório e na própria condução de suas atribuições estatutárias.

A responsabilidade que será exigida é grande e em função disso será considerado apto nesse tópico o associado que atender pelo menos um dos itens descritos a seguir:

- I. Experiência e vivência em governança corporativa;
- II. Atividade profissional em cargos de gestão;

III. Participação em eventos do segmento financeiro, sendo: congressos, conferências, seminários, workshop, etc.

A experiência específica dentro da cooperativa de crédito, caso ocorra eleição de candidato, será adquirida no decorrer de mandatos já cumpridos ou com as capacitações oferecidas.

4.6.6. Processo Eleitoral

O processo eleitoral será descrito a seguir, considerando a candidatura individual.

4.6.7. Atribuições da Diretoria Executiva no Processo Eleitoral

No processo eleitoral a Diretoria Executiva da **COOPERBOMBRIL** terá as seguintes atribuições:

- I. dar conhecimento deste regimento eleitoral aos interessados em se candidatar, podendo inclusive distribuir cópias quando da inscrição dos candidatos;
- II. conscientizar os candidatos acerca das obrigações e das responsabilidades legais às quais estarão subordinados, podendo distribuir cópias dos regimentos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- III. divulgar, entre os (as) associados (as), os cargos eleitorais a serem preenchidos;
- IV. fixar datas;
- V. instituir normas complementares às regras básicas em caso de eleições extraordinárias;
- VI. receber os formulários de registro e as declarações dos candidatos;
- VII. analisar a documentação de registro e de inscrição de candidatos;
- VIII. afixar, em local de fácil acesso a todos os associados, a relação dos candidatos concorrentes;
- IX. apurar e proclamar resultados;
- X. receber e julgar impugnações e recursos;
- XI. coordenar o processo eleitoral;
- XII. zelar pela organização do processo eleitoral, bem como manter guarda, em duas vias, dos documentos oficiais relacionados a seguir:
 - a. edital de convocação da eleição;
 - b. cópia dos requerimentos de registro dos candidatos, das declarações de apoio, das declarações emitidas pelos candidatos e das fichas de qualificação individual;
 - c. listagem dos (as) delegados (as) em condição de votar;
 - d. lista dos presentes;
 - e. exemplar da cédula única de votação.

4.6.8. Comunicado do início das inscrições

O diretor-presidente com 60 (sessenta) dias de antecedência da realização da Assembleia Geral divulgará aos associados carta-circular informando:

- I. data para realização das eleições;
- II. data para início e término do recebimento dos pedidos de registro de candidatura, de acordo com este regimento.

4.6.9. A Convocação das Eleições

As eleições serão convocadas pelo diretor-presidente por meio do mesmo edital em que for convocada a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data de realização da assembléia.

O edital publicado deverá ser elaborado de acordo com as instruções normativas, o qual deverá conter as seguintes informações:

- I. data, horário e local da votação;
- II. Cópia do edital deverá ser afixada na sede da Cooperativa e publicada em meios de comunicação internos.

4.6.10. Prazos para Inscrição dos Candidatos

Os registros dos candidatos deverão ser encaminhados pessoalmente na sede da cooperativa ou email www.cooperbombril.com.br conforme carta circular, no prazo até 20 (vinte) dias corridos, antes da Assembleia Geral.

4.6.11. Registro dos Candidatos

Os pedidos de registros dos candidatos concorrentes serão efetuados mediante apresentação de documentação completa, necessária ao cumprimento do previsto neste regimento, na forma determinada em seguida:

- I. requerimento de registro dos candidatos preenchido e assinado;
- II. formulário cadastral preenchido e assinado por todos os candidatos inscritos;
- III. declaração assinada pelos candidatos.

Os pedidos de registro dos candidatos deverão, ainda, ter como anexos:

- a) “*curriculum vitae*” resumido e formulário de qualificação dos candidatos para encaminhamento ao Banco Central do Brasil;
- b) certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=2>;

-
- c) certidões da justiça estadual e da justiça federal (<http://www.jfsp.jus.br/certidoes-emissaoonline/>);
 - d) cópia do comprovante de entrega da Declaração de Imposto de Renda, referente ao exercício anterior.

Será recusado o registro de candidaturas que não cumprirem as exigências dos artigos. acima.

4.6.12. O Termo de Registro dos Candidatos

Concluída a fase de análise dos candidatos a Diretoria Executiva providenciará em até 5 (cinco) dias úteis a lavratura do termo de registro dos candidatos, consignando, em ordem numérica de inscrição, todos os nomes dos candidatos efetivos e suplentes.

Depois de lavrado o termo de registro dos candidatos, a Diretoria Executiva deverá:

- I. encaminhar aos candidatos, em 02 (dois) dias úteis, relação nominativa dos(as) delegado(os) com direito a voto;
- II. providenciar, em 2 (dois) dias úteis, a comunicação aos associados (as) por meio do site e fixação do aviso nas áreas comumente freqüentadas pelos cooperados, da relação dos candidatos registrados.

4.6.13. Eleição por Aclamação

A eleição por aclamação será realizada quando do registro de apenas 3 candidatos no processo eleitoral da Diretoria Executiva ou 6 candidatos no caso do conselho fiscal.

4.6.14. Apuração dos Votos

Serão escolhidos voluntários que participarão da apuração e farão a contagem de votos que será realizada durante a assembleia. Os candidatos mais votados serão indicados para compor os quadros – Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

No caso da Diretoria Executiva, após a aclamação dos eleitos, será realizada uma reunião que definirá quem ocupará os cargos de presidente, tesoureiro e secretário.

No caso do conselho fiscal os mais votados se reunirão para definir quem serão os efetivos e os suplentes, considerando efetivos:

- a) aqueles que já foram conselheiros fiscais no passado (somar os anos em que ficaram no cargo);
- b) aqueles que já participaram de treinamentos para formação conselho fiscal;
- c) maior tempo de associação .

Conforme essa classificação, definem-se os efetivos e os suplentes.

4.6.15. Empate das Eleições

Será vencedor o candidato cuja soma do tempo de associação da matrícula vigente seja maior.

4.6.16. Disposições Gerais Sobre o Processo Eleitoral

Deverá ser observado, ainda sobre o processo eleitoral:

- I. quando não ocorrer registro de candidatos, na forma prevista neste regimento, o diretor-presidente, no limite de 5 (cinco) dias contados do encerramento prazo para o registro dos candidatos, será dado alerta por meio de comunicados emitidos pela **COOPERBOMBRIL**;
- II. a Diretoria Executiva, mediante comunicado, fará a proclamação dos eleitos e adotará as providências necessárias à posse dos novos diretores e conselheiros, desde que seus nomes sejam homologados pelo Banco Central do Brasil;
- III. será considerado vencedor o candidato que alcançar a maioria de votos válidos dos (as) delegados (as).

4.6.17. Delegado

A **COOPERBOMBRIL** é uma organização democrática, controlada pelos seus membros, que participam na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. As decisões de competência das Assembleias Gerais, são tomadas pelos representantes dos cooperados, os **Delegados**. Essa representação dos delegados esta descrita no estatuto social da **COOPERBOMBRIL**. A intenção desse regimento é complementar as definições contidas no estatuto social.

Para fins de conceituação, delegados são aqueles cooperados eleitos entre o quadro social, com a função de representar a todos os demais associados da **COOPERBOMBRIL** nas assembleias gerais. Além da participação nas Assembleias Gerais os delegados têm o importante papel de entender as necessidades dos cooperados que ele representa.

Difundir os valores e princípios cooperativistas e zelar pelo desenvolvimento da cooperativa também é um dos compromissos de um delegado.

É dessa forma que a **COOPERBOMBRIL** trabalha para garantir que todos os cooperados tenham voz. Por meio da gestão democrática, os associados ao elegerem um delegado, tem a garantia que serão representados e essa é uma das bases do cooperativismo.

a) Deveres

- I. Participar ativamente das assembleias gerais, representando o grupo seccional a que pertença;
- II. Participar de eventos de capacitação para o exercício de sua função, quando disponibilizados pela cooperativa;
- III. Encaminhar à Diretoria Executiva, por escrito, críticas, sugestões e /ou reclamações advindas do grupo seccional que represente.

b) Definição

O presente regimento estabelece procedimentos que regem a eleição, através de voto direto, dos delegados representantes de associados nas assembleias gerais, nos termos da legislação em vigor e do estatuto social da **COOPERBOMBRIL**.

Os associados serão representados por 24 (vinte e quatro) delegados, eleitos pelo método do quociente eleitoral, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

c) Cargo de Representante Delegado

Os delegados eleitos deverão representar os associados de sua unidade ou regional nas assembleias gerais - ordinárias e extraordinárias, de prestação de contas, além de participar das eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da **COOPERBOMBRIL**.

Para efeito da representação de que trata este regimento, o quadro social foi dividido em grupos seccionais, denominando-se cada grupo seccional como uma regional, perfazendo o número de 24 delegados, distribuídos proporcionalmente pelas regiões da área de ação da cooperativa, na forma ilustrativa do quadro abaixo:

UNIDADE	DESCRIÇÃO	Nº ASSOC	DELEGADOS	SUPLENTE
113	FAB. ANCHIETA	575	9	9
116	VENDAS RJ	107	2	2
117	VENDAS RECIFE	89	1	1
118	VENDAS CENTRO NORTE	55	1	1
119	REGIONAL NORTE	49	1	1
121	VENDAS CURITIBA	93	1	1
122	ADM ANCHIETA	63	1	1
123	VENDAS SP	257	4	4
180	BBN	314	5	5
200	BBM	155	2	2
220	BBM	9	1	1
TOTAIS		1.766	28	28

Reprodução como modelo da tabela apresentada na eleição de delegados em 2018.

d) Condições básicas para ser delegado

- I. Ser pessoa natural, maior de 18 (dezoito) anos à época da inscrição;
- II. Integrar o grupo seccional para o qual pretenda ser eleito;
- III. não ser membro de órgão estatutário e não possuir vínculo empregatício na **COOPERBOMBRIL**.

e) Eleições

A divulgação das eleições e o período de inscrições para representante delegado serão amplamente divulgadas pela **COOPERBOMBRIL**, conforme também Edital de Convocação (**ANEXO I**) , por meio do site, avisos nos quadros de avisos, entre outros. O associado interessado poderá se candidatar conforme descrito no edital de convocação. Os nomes dos candidatos serão divulgados no site oficial da **COOPERBOMBRIL** e no Nosso Brilho, em data a ser estabelecida pela Diretoria Executiva.

A eleição dos delegados ocorrerá no último trimestre do ano civil e o mandato se iniciará no primeiro dia do ano subsequente. Na eleição dos delegados, cada associado terá direito a um voto e não será permitida a representação por meio de mandatário. Os votos serão apurados e o resultado da eleição será divulgado em data a ser estabelecida.

f) Critérios de Votação

A votação deverá ser feita por e-mail ou presencialmente na **COOPERBOMBRIL**, nas unidades ou nas regionais de vendas. Se optar por email, o cooperado deverá informar seu nome, CPF e nº registro na empresa e também informar o nome do candidato escolhido. Se a opção for voto presencial, haverá uma ficha disponibilizada para a votação em sua unidade ou regional. Cada cooperado terá direito a 1 voto, devendo votar em apenas 1 candidato.

g) Critérios de Apuração

Serão eleitos por fabrica/unidade conforme quadro exemplificado anteriormente os mais votados serão delegados efetivos e na seqüência os suplentes.

h) Comissão Paritária

Conforme Estatuto Social da **COOPERBOMBRIL**, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal designarão uma comissão paritária para acompanhamento de todo o processo.

A comissão paritária designada apurará a eleição dos delegados na data definida e será responsável pela elaboração de ata dos grupos seccionais.

i) Demissão de delegados

Caso o delegado efetivo for excluído ou pedir demissão da **COOPERBOMBRIL** a vaga será preenchida pelo suplente. Caso ambos não façam mais parte da **COOPERBOMBRIL**, a unidade a que pertenciam ficará sem representação até a próxima eleição.

4.6.18. Considerações Finais

O mandato dos membros dos órgãos estatutários se estende até a posse dos seus substitutos.

A eleição dos membros dos órgãos estatutários deve ser individual, e não por chapa, sendo empossados os candidatos mais votados a fim de favorecer a independência do órgão.

A eleição dos membros do conselho fiscal deve ser desvinculada e independente da eleição para o órgão de administração estratégica.

A administração da cooperativa deve assegurar aos candidatos eleitos tenham acesso a treinamento para capacitação ao exercício de suas funções.

Os candidatos devem observar os comportamentos éticos e as condutas pessoais mais praticadas nos relacionamentos institucionais, especialmente aqueles apresentados no código de conduta.

As circunstâncias não disciplinadas neste regimento, que requeiram solução imediata, serão tratadas pela Diretoria Executiva, de acordo com a legislação vigente, disposições estatutárias e regulamentares e princípios cooperativistas.

O Regimento Eleitoral da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados será aprovado e revisado a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo 1. Estrutura, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro

4.6.19. ANEXO I - Carta circular edital de convocação para as eleições

**CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL
DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONARIOS DA
BOMBRIL - COOPERBOMBRIL**

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril, no uso de suas atribuições, informa que na próxima Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em ___ de abril de 20___, haverá eleições para o Conselho Fiscal e/ou Diretoria Executiva.

Os interessados em registrar candidatura, atentar para as seguintes informações:

Início do recebimento do pedido de candidatura = ___/___/20___

Término do recebimento do pedido de candidatura = ___/___/20___

Atender aos requisitos conforme regimento eleitoral.

* O registro das candidaturas deverá ser protocolado na sede da Cooperativa, das 9h as 16h ou por meio de email para www.cooperbombril.com.br

Avenida Marginal Direita, s/ nº Via Anchieta Km 14 – Rudge Ramos – São Bernardo do Campo – SP – CEP09696-000

Presidente
___/___/20___

* Os candidatos que não estão alocados na BBA (local da sede da Cooperbombril, poderão enviar por email e o formulário está disponível no site:

www.cooperbombril.com.br)

4.6.21. ANEXO II - Modelo de declaração dos candidatos

FORMULÁRIO CADASTRAL PARA ELEIÇÃO

Identificação da Instituição de origem

Denominação
Órgão estatutário e cargo

Identificação do candidato

Nome Completo			
Filiação			
Nacionalidade	Local de nascimento		Sexo
Profissão		Estado civil e regime de casamento	
Nome do cônjuge ou companheira			
Carteira de identidade (nº/data de emissão/órgão)		CPF (nº base/controle)	
Endereço residencial completo		Bairro ou distrito	
CEP	Município	UF	DDD/Telefone
Endereço comercial completo		Bairro ou distrito	
CEP	Município	UF	DDD/Telefone

Declarações

- () Declaro preencher as condições e requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor para o exercício do cargo o qual pretendo concorrer.
- () Declaro ser associado da Cooperativa a qual pretendo ocupar cargo eletivo.
- () Declaro não participar da administração, do Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão estatutário de empresa cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociados em bolsas de valores.
- () Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando, desde já, a Cooperativa autorizada, dentro dos limites legais, a fazer uso das informações.

() Declaro assumir e exercer o mandato do cargo para o qual for eleito.

Local e data

Assinatura

4.6.22. ANEXO III - Modelo de declaração dos candidatos

DECLARAÇÃO DOS CANDIDADOS

O abaixo subscritor, candidato ao cargo de _____
(diretor/conselheiro fiscal) na **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA BOMBRIL - COOPERBOMBRIL** declara que:

1. é associado da cooperativa a qual é candidato;
2. tem reputação ilibada;
3. é residente no País;
4. não está impedido por lei especial, nem foi condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou foi condenado à pena criminal que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos;
5. não está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-gerente em cooperativas de crédito ou em outras instituições sujeitas à autorização, ao controle e à fiscalização de órgãos e de entidades da administração pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência complementar, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;
6. não responde, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, a cobranças judiciais, a emissão de cheques sem fundos, a inadimplimento de obrigações e a outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
7. não está declarado falido ou insolvente, nem participou da administração ou controlou firma ou sociedade concordatária ou insolvente;
8. não apresenta qualquer irregularidade no setor público (Cadin);
9. preenche o(s) seguinte(s) critério(s) de capacitação:
 - () formação acadêmica de nível superior;
 - () formação técnica de nível médio;
 - () formação técnica de acordo com cursos que, porventura, sejam ministrados.
10. compromete-se a participar de eventuais cursos/treinamentos que sejam ministrados pelas entidades do cooperativismo;
11. atende todos os requisitos legais, estatutários e regulamentares para concorrer ao cargo eletivo ao qual é candidato;
12. assume integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando, desde já, a **COOPERBOMBRIL** autorizada, dentro dos limites legais, a fazer uso das informações.

_____ (UF) _____ de _____ de _____

4.6.23. ANEXO IV - Modelo de Comunicado de Eleições para Delegados

O Presidente da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA BOMBRIL - COOPERBOMBRIL**, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social e o Regimento Eleitoral, COMUNICA aos associados vinculados ao PA de(cidade), a realização da eleição de(quantidade por extenso) DELEGADOS efetivos que representarão os demais associados vinculados a este **PA** nas assembleias gerais da Cooperativa. As inscrições dos associados interessados em se candidatar ao cargo de delegado, para o mandato de 3 (três) anos (.....colocar o período), terão início no dia ____/____/____ e se encerrarão no dia ____/____/____ e deverão ser feitas até às 17 horas no **PA** _____ situado à _____(endereço completo do **PA**). _____

Pr, ____/____/____
Presidente

Observação: O Estatuto Social, o Regimento Eleitoral e as Fichas de Inscrição de Candidatos encontram-se à disposição no PA e na sede da Cooperativa à _____(endereço completo da sede).

4.6.24. ANEXO V - Modelo de pedido de inscrição de Candidato a Delegado

PEDIDO DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO A DELEGADO

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA
BOMBRIL - COOPERBOMBRIL**

Nome completo: _____

Nº Matrícula _____

Data Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Bairro _____ Cidade: _____

Estado _____ CEP _____

Data: ____/____/____

Nome

RG:

Assinatura

PARA USO DA COOPERATIVA

UNIDADE: _____

Associado desde: _____

Inscrição nº: _____